

Opinião

O PIB, ESSE DESCONHECIDO

FÁBIO NUSDEO

De tempos para cá, tem-se tornado frequentes as avaliações e as previsões referentes ao comportamento do PIB (Produto Interno Bruto). Parece oportuno, portanto, apresentar algumas considerações a respeito dessa variável, que tem marcada dimensão macroeconômica, por se referir à totalidade do valor dos bens e serviços produzidos ou disponibilizados a uma dada comunidade durante determinado período de tempo. Tal período é normalmente fixado em um ano, o que não significa não possa ser calculado para períodos menores, como o trimestre ou, mesmo, o mês.

Tais períodos menores, no entanto, não permitem dar o adequado tratamento estatístico à questão da sazonalidade, bastando lembrar, por exemplo, que durante os meses da chamada entressafra, a produção agrícola se atrofia, dificultando comparações com outros meses de pletora do mesmo ano. A sazonalidade é, pois, o primeiro problema que se coloca para a adequada comparação intertemporal do PIB.

Muito embora os estatísticos e os econométricos tenham desenvolvido métodos e técnicas para “corrigir” ou “ajustar” tal sazonalidade é preciso atenção para o fato de que nem tudo é sazonal, tais como fatores aleatórios diversos que afetam setores da atividade econômica ou ela toda em seu conjunto de maneira imprevista ou aleatória, como crises

de liquidez, alterações climáticas extras, padrão, crises de aversão ao risco, surgimento de novos concorrentes em alguns mercados, como no presente momento quando a oferta de petróleo se eleva enormemente com o produto proveniente do xisto betuminoso e a entrada em produção de novos campos de exploração antes tidos como inacessíveis ou antieconômicos. Assim sendo, é necessária muita cautela com as comparações entre os mesmos períodos de cada ano, durante os quais podem se alterar o número de variáveis influentes ou a mudança das respectivas ponderações independentemente de fatores sazonais.

A sazonalidade, no entanto, é o menor dos problemas associados ao PIB, pois, como dito, o desenvolvimento do cálculo estatístico tem permitido reduzir tais distorções puramente sazonais que ocorrem e sempre ocorreram em todo o mundo. Adequado, portanto, discutir-se outros elementos sensíveis quanto à sua quantificação e utilização.

O primeiro deles reside na questão da dupla (ou enésima) contagem de um mesmo produto ao longo da sua cadeia produtiva.

Como parece claro, qualquer bem incorpora em si outros bens, produtos ou serviços que entram no seu feitiço, normalmente chamados de componentes. Assim, um automóvel é o bem final de uma longa corrente a envolver os mais diferentes pro-

dutos (e seus valores) tais como as chapas ou folhas de aço, metais outros, vidros, couro, borracha, óleos, diversos tipos de objetos em plástico, etc. além de variados serviços de mão de obra. É por isso que as fábricas de automóveis são apropriadamente chamadas de “montadoras”.

Na sequência é preciso não esquecer que as chapas de aço provem do aço bruto e este do ferro e este dos diversos minérios feríferos, os quais passam pelos mais diferentes processos de extração e transformação. O mesmo se dá com todas as outras partes de qualquer veículo, inclusive a chamada “borracharia”. E, pode-se acrescentar, de qualquer bem que venha a ser oferecido nos inúmeros mercados setoriais para compor um veículo.

Surge, assim, o intrincado problema de eliminar tal contagem em cascata, o que elevaria, irrealisticamente, os valores atribuídos ao PIB. Tal eliminação, no entanto, nem sempre pode ser cabal, havendo aí uma margem possível de sobreposição que os progressos da pesquisa quantitativa tendem a manter sob certo controle. Por outro lado, tal margem de erro tende a se repetir ano a ano, em que pese a tendência à sua progressiva superação, o que torna perfeitamente aceitável a comparação dos PIBs anuais, desde que em períodos de tempo não por demais extensos.

Tanto é assim que, periodicamente, em todo o mundo, os cálculos passam por uma revisão a fim de adequá-los às mudanças observadas entre uma revisão e outra, refletindo a dinâmica da própria vida econômica e os serviços da tecnologia.

Um terceiro problema vem a ser o fato de o PIB considerar na sua construção apenas os bens e serviços de alguma forma precificados e expressos monetariamente, ignorando que se os bens produzidos devem ser somados, alguns custos associados a essa produção, não diretamente expressos em moeda, devem ser subtraídos. É o que ocorre, claramente com a poluição e a depleção dos recursos naturais.

Em quarto lugar, cabe lembrar o fato de que em países menos desenvolvidos haver ainda uma certa parcela de autoconsumo, seja em nível de unidade produtora, seja em nível regional, ou seja, bens que atendem as necessidades de parte da população sem passar pelo circuito mercantil, como no caso do consumo “in loco”, ou do escambo puro e simples. Com as alterações trazidas pelo progresso, em etapas de tempo posteriores, tal autoconsumo passa a diminuir ou a desaparecer e aí todo o conjunto de bens circula dentro dos parâmetros mercantis, ou seja, precificadamente, dando a ideia, inexata, de ter havido um aumento de disponibilidade desses bens, quando o que houve realmente foi a sua maior circulação, agora quantificada e mensurada.

Um quinto aspecto a exigir atenção diz respeito ao cálculo da produção de bens e serviços – que é no que consiste o PIB – relacionado à destinação dos mesmos pelos vários setores da comunidade. Em outras palavras: os bens produzidos, realmente atendem às necessidades da sociedade à qual se destinam? Em alguns casos poderão desatendê-las. E gravemente.

O primeiro exemplo que acode à memória é o dos bilhões ou trilhões de litros de combustível que se perdem, na atmosfera quando queimados nos congestionamentos de tráfego das grandes cidades ou, mesmo, das médias. Eles são computados como integrantes do PIB, mas não apenas deixam de atender a qualquer necessidade da população, como, ainda, causam-lhe evidentes males, tais como as doenças respiratórias como o próprio câncer, e, ainda, movimentam toda uma máquina de produção de remédios e de assistência médico hospitalar às vítimas da poluição, máquina essa que seria desnecessária caso a poluição não existisse ou fosse bastante reduzida. Claramente, ela, poluição, permeia todas as atividades humanas, causando os seus notórios danos, que não passam de custos, chamados sociais, por

exemplo. O exemplo do congestionamento urbano foi dado, apenas, por representar um caso extremo de sua geração, sem qualquer benefício à comunidade.

A observação acima evidencia o fenômeno das externalidades negativas que vem a ser aqueles custos existentes em todo o processo produtivo como acima indicado e por isso não descontados dos valores que integram o PIB, e, pelo menos até há pouco, ignorados pelas próprias unidades produtoras. Assim, o abate de uma floresta, sem a sua reposição, aumenta os números do PIB de um dado ano pelo valor monetário da sua madeira. No entanto, não são daí deduzidos os serviços que deixaram de ser prestados por aquela floresta na regularização das chuvas, na estabilização do clima, na contenção do solo ou, mesmo, ao proporcionar um local de lazer para parcelas da comunidade. Tais serviços, simplesmente, deixarão de existir, em que pese a sua patente utilidade.

Daí ter-se desenvolvido no âmbito do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a elaboração de um novo índice destinado a captar uma outra realidade, qual seja, o Índice de Desenvolvimento Humano. Ele inclui na sua construção o próprio PIB, mas colocando-o lado a lado com outras variáveis altamente significativas, como “a esperança de vida” e o nível educacional, o que se afigura muito mais funcional para qualquer diagnóstico que queira fazer de uma dada situação social.

Há, ainda, a ressaltar, como sexto problema, a questão da ponderação de cada setor da economia na formação do PIB, a qual, normalmente altera-se ao longo do tempo. Assim, os três setores básicos de qualquer sistema econômico são os chamados setor primário, compreendendo a agropecuária e a extração mineral ou vegetal (*commodities*), o setor secundário, correspondente à indústria de transformação e o setor de serviços em geral, cada um deles comportando diversas subdivisões.

Parece claro que em fases preliminares ao desenvolvimento econômico, a agropecuária e a indústria extrativa possam ser responsáveis por 50 ou 60% da atividade econômica total, vale dizer, do PIB. Foi o caso, no Brasil, do café, do algodão e do cacau. À indústria de transformação caberiam cerca de 20 ou 30% e aos serviços, em geral, ligados diretamente aos dois anteriores, os restantes, 20 ou 30%.

Como ocorreu no Brasil, um crescimento expressivo da indústria, superior ao do setor primário, parece evidente que tais proporções não poderão mais prevalecer, alterando-se os respectivos pesos ou porcentagens que devem ser observados nos cálculos, a fim de conferir maior fidelidade às estimativas anuais baseadas naqueles percentuais. Nesses casos, os pesos atribuídos a cada setor terão, necessariamente, de ser alterados, passando a diminuir para o setor primário e a aumentar para os dois outros, perfazendo, por exemplo, 25, 40 e 35% respectivamente. Pela nova ponderação, um crescimento da agricultura e da extração em 10%, significará uma alta do PIB de 2,5%, caso os outros dois setores permaneçam estáveis, contra 5% na hipótese anterior (agricultura e extração com peso 50) o que, por óbvio, representaria uma inadequação do cálculo em relação ao novo perfil setorial do aparelho produtivo.

Malgrado todas as dificuldades ou distorções acima apontadas, como elas estão sempre presentes, repetindo-se, ano a ano, o PIB mantém-se como a grande variável macroeconômica, normalmente considera em qualquer análise. No entanto, a sua utilidade restringe-se, basicamente, a dar uma ideia do crescimento ou retração da economia como um todo, sem autorizar, porém, qualquer paralelo confiável com relação a níveis de bem-estar vigentes em cada período.

Quando se fala, pois, em crescimento ou queda do PIB é importante questionar onde ou em que setores o movimento ocorreu: se

foi na produção de alimentos, na indústria de produtos essenciais ou de infraestrutura nos serviços de maior significância, como os de saúde a avaliação será uma. Pelo contrário, caso tenha se dado em ramos de menor essencialidade, como automóveis de corrida, indústria de cosméticos e outros que tais, não se poderá concluir que tal elevação tenha representado algo de palpável em termos de padrão de vida da população. Tal afastamento entre PIB e padrão de vida tenderá a ser tanto maior quanto mais ampla for a disparidade de rendas existente em cada sociedade, como parece óbvio.

Finalmente, em sétimo lugar, na mesma esteira da distinção entre PIB e bem-estar, acima apresentada, pode-se trazer à baila a distinção entre PIB e desenvolvimento, uma vez que o primeiro nem sempre expressa a presença do segundo.

O desenvolvimento econômico tem sido definido como um processo autossustentado, que leva a renda *per capita* a se elevar continuamente ao longo de um dado período. Em outras palavras, é um processo contínuo pelo qual a disponibilidade de bens e serviços (PIB) cresce em proporção superior ao do incremento demográfico de uma dada sociedade.

Esta definição é aceitável, mas peca por ser incompleta ou por ser por demais otimista. Incompleta porque poderá haver o crescimento assinalado sem se fazer acompanhar por um efetivo progresso em outros requisitos necessários para caracterizar um verdadeiro desenvolvimento. Otimista porque, tomada por outro lado, leva a crer que a simples elevação da renda implicará necessariamente aquele progresso, o que nem sempre corresponde à realidade.

A conclusão a se tirar é a de que o desenvolvimento é, sem dúvida, um processo como acima enunciado, mas exige não apenas o crescimento da renda (equivalente ao PIB), mas mudanças outras de caráter muito mais qualitativo do que quantitativo, sendo, pois,

muito mais envolvente e exigente, não podendo se limitar a dados puramente numéricos, muito embora a variável escolhida – renda *per capita* – represente uma grandeza complexa, no sentido de abarcar toda uma gama de indicadores e de situações. Mas não é somente isso. O desenvolvimento envolve uma série infindável de modificações de ordem qualitativa e, também, quantitativa, de tal maneira a conduzir a uma radical mudança de estrutura da economia e da própria sociedade do país em questão. Mesmo quando tais mudanças são quantitativamente expressas, elas traem ou revelam uma massa substancial de alterações de natureza qualitativa, inclusive de ordem psicológica, cultural e política.

Daí surge a diferença entre desenvolvimento e crescimento. Este último seria apenas o crescimento da renda e do PIB, porém sem implicar ou trazer mudanças estruturais mais profundas. E isso por duas razões alternativas: ou porque tal transformação estrutural já se verificou e o país, portanto, já se desenvolveu, ou então o crescimento, como soe acontecer é, apenas, transitório e não se autossustentará, justamente por não conseguir alterar a estrutura da economia, como, por exemplo, a expansão industrial, o maior grau de urbanização, melhora do nível de ensino e saúde, a capacidade da absorção de tecnologia e, porque não, o aperfeiçoamento do sistema político?

Pode dar-se o crescimento quando, em razão de um fator às vezes exógeno, isto é, externo ao sistema em foco, este último passa a aumentar acentuadamente o seu PIB e, pois, a sua renda *per capita*, sem alterar, porém a sua estrutura produtiva e as suas características básicas. Trata-se mais de um surto do que um processo. Cessada a causa que lhe deu origem, tudo se contrai, tão ou mais rapidamente, do que quando se havia expandido, e tudo volta à situação anterior.

Quando o fator desencadeante é externo e até mesmo exterior, no sentido geográfico, chama-se tal crescimento de induzido. Ele

se ajusta perfeitamente ao sucedido com os ciclos da economia colonial brasileira.

Os ciclos do açúcar, do ouro, da borraça, do couro mostram um comportamento como o acima descrito. Um fator externo, de caráter até accidental – alta dos respectivos preços provocada por causas aleatórias – induziu a expansão geral nas zonas produtoras, um verdadeiro inchaço que não gerou qualquer mudança de estrutura das mesmas, mas apenas a sua ampliação. Desaparecido o fator de indução, tudo desaba e volta exatamente ao que era antes, sem deixar maiores vestígios, a não ser alguns casarões opulentos, igrejas, chafarizes e pouca coisa mais. Há estimativas segundo as quais, encerrado o ciclo do ouro nas Gerais, a renda caiu a níveis inferiores aos prevalecentes no seu início.

Já o café teve um destino diverso. Inicia-se como mais um ciclo típico de economia colonial e assim se comporta ao percorrer o Vale do Paraíba até aproximar-se da cidade de São Paulo. Contornando-a, devido ao seu clima mais frio, espraia-se pelo interior do Estado, já não mais como um ciclo, mas, sim, como uma atividade condutora do desenvolvimento por razões diversas que fogem ao escopo deste ensaio.

De qualquer maneira, o que nele se procurou demonstrar foi que os dados exclusivamente quantitativos do PIB, quando isoladamente considerados ou não cotejados com outras variáveis, por assim dizer, “satélites” pouco ou nenhum significado terão como elementos explicativos de qualquer conjuntura econômica.

Hoje em dia, dada a consciência ecológica que, bem ou mal, instalou-se em boa parte das nações, usa-se uma expressão, cunhada na Noruega – *o desenvolvimento sustentável* – para significar aquele processo desenvolvimentista ou mesmo de mero crescimento que se dá levando em conta a preservação ecológica, já que, caso essa preservação não ocorra, o próprio processo estará logo mais comprometido. Como se pode verificar a ideia é a mesma do *processo autossustentado de desenvolvimento* de que se falava há pouco. A autossustentação envolve um mecanismo de cunho econômico; a sustentabilidade, aí de natureza ecológica. Por essa razão, é aconselhável usar-se a expressão “desenvolvimento autossustentado” para significar o mecanismo econômico que assegura a continuidade do processo, deixando-se a expressão “desenvolvimento sustentável” para caracterizar a indispensável preservação da ecologia e não a sua destruição. Em outras palavras, a autossustentação é um conceito econômico, no sentido da produção, enquanto a sustentabilidade é um conceito também econômico, mas voltado ao sentido de ecologia. Isto porque os bens ecológicos transformaram-se, também, em bens econômicos devido ao aumento de sua escassez.

As considerações, acima, tiveram, pois, o escopo de chamar a atenção para as possíveis discrepâncias entre PIB e bem-estar, por um lado e PIB e desenvolvimento por outro, discutindo preliminarmente os problemas ou “ciladas” que podem surgir no cálculo dessa importante variável macroeconômica.